

Propostas da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica para ampliação do acesso a tecnologias diagnósticas e terapêuticas oncológicas sistêmicas no SUS

A Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), entidade nacional representativa dos médicos oncologistas clínicos, apresentou, por meio de ofício enviado ao Ministério da Saúde no dia 1º de agosto, suas posições e propostas institucionais para enfrentamento das assimetrias tecnológicas em oncologia no Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na incorporação de tecnologias em diagnóstico molecular e tratamento medicamentoso.

Segundo dados oficiais, mais de 700 mil brasileiros são diagnosticados com câncer anualmente. As estimativas epidemiológicas indicam que a doença deverá se tornar, em curto prazo, a principal causa de morte no país. Apesar dos avanços significativos em oncologia, sobretudo nas áreas de diagnóstico molecular, medicina personalizada e terapias alvo-dirigidas e imunoterápicas, observa-se uma defasagem relevante entre a prática assistencial pública e privada no Brasil, com prejuízo direto à equidade, à efetividade do tratamento e à qualidade de vida dos pacientes.

Diante desse cenário, a SBOC entende ser urgente e inadiável a reestruturação da política nacional de incorporação de tecnologias oncológicas no SUS, com base nos seguintes eixos estratégicos:

1. Criação de Grupo Técnico de Priorização de Tecnologias (SBOC)

Constituído por especialistas indicados pela SBOC, este grupo interno atuará na priorização técnica de tecnologias em diagnóstico e tratamento oncológico, utilizando como base o Índice SBOC de Incorporação de Tecnologias, instrumento desenvolvido com critérios de evidência científica, impacto clínico e custo-efetividade. O grupo foi formalmente instituído em julho de 2025 com participação de lideranças de comitês científicos, de políticas públicas e de práticas no SUS, além da presidência e assessoria jurídica da entidade.

2. Centralização de Compras e Reformulação do Modelo de Financiamento

Sugerimos a análise de centralização das compras públicas de medicamentos oncológicos de alto custo, com vistas à ampliação do poder de negociação do Estado. Recomendamos também a revisão ou substituição progressiva do atual modelo de financiamento por APAC, cuja fragmentação tem gerado distorções e limitações à incorporação de novas tecnologias. Sugerimos, como direção estratégica, a construção de um novo modelo baseado em linhas de cuidado oncológico e pactuação regional de metas e indicadores.

3. Revisão Técnica das APACs Vigentes

A SBOC recomenda a atualização ampla das APACs, com incorporação de cenários terapêuticos atualmente não contemplados, como o uso de adjuvância no câncer de endométrio e de neoadjuvância no câncer de mama estágio II. É igualmente essencial que os critérios de autorização considerem biomarcadores e perfis moleculares, quando aplicável, substituindo modelos baseados em número de linhas de tratamento.

4. Desvinculação de Modelos de Precificação do Paradigma Americano

Propõe-se a desvinculação da lógica de precificação baseada no modelo norte-americano, buscando alternativas que permitam negociação por faixas de preço e grupos terapêuticos, conforme praticado por diversos países europeus. Tal abordagem permitiria maior flexibilidade e redução de custos ao SUS. Recomenda-se, nesse contexto, o fortalecimento do papel da CMED na definição de preços compatíveis com o sistema público, permitindo margens negociais entre gestor público e fornecedor. Essa abordagem favorece a obtenção de descontos diretos no Brasil sem comprometer estratégias internacionais de precificação baseadas em comparações interpaíses.

5. Incorporação de Alternativas Terapêuticas por Mecanismo de Ação

Sugerimos a inclusão de medicamentos com mecanismos de ação similares, com foco em fármacos não protegidos por patentes extensivas, imunoterapia como exemplo. Essa estratégia visa reduzir a dependência de medicamentos referência e ampliar o acesso.

6. Expansão da Capacidade Produtiva Estatal

Consideramos estratégica a ampliação da capacidade de produção da Fiocruz/Manguinhos e outros, incluindo moléculas inovadoras de alto impacto clínico.

7. Fomento a Parcerias Público-Privadas (PPPs)

As PPPs podem desempenhar papel relevante no desenvolvimento e produção nacional de medicamentos estratégicos em oncologia, contribuindo para a sustentabilidade e a soberania tecnológica do SUS.

8. Fomento à Pesquisa Clínica em UNACONs e CACONs

Reforçamos o compromisso da SBOC com a ampliação da pesquisa clínica oncológica no SUS. Em 2025, o tradicional curso anual de formação em pesquisa clínica será direcionado à capacitação de equipes multiprofissionais de instituições públicas, com vistas à consolidação de centros de excelência com protagonismo nacional e internacional. A pesquisa clínica tem o potencial de ampliar acesso a medicamentos não disponíveis na rede pública, aumentar capacitação técnica de equipes de oncologia, responder perguntas essenciais à saúde pública, como a testagem de tratamentos menos intensos em dose e duração, desde que mantidas eficácia e segurança. Em contextos clínicos nos quais haja evidência científica demonstrando a eficácia e a segurança de doses reduzidas ou de esquemas terapêuticos menos prolongados em comparação aos tradicionalmente utilizados, recomenda-se o apoio ao uso de alternativas de menor custo, e condução de estudos de vida real. Propõe-se, neste contexto, a criação de uma linha orçamentária específica para pesquisa aplicada em oncologia no SUS, com modelo de cofinanciamento entre o Ministério da Saúde, o CNPq e o setor privado. Essa estratégia amplia a sustentabilidade da pesquisa clínica nacional e evita a dependência de um único ator financiador, garantindo alinhamento às prioridades do sistema público.

9. Fortalecimento da Carreira do Oncologista no SUS

Fortalecimento da carreira do médico oncologista no SUS, de modo a tornar atrativa a atuação de oncologistas no atendimento da população fora do âmbito da saúde suplementar. A fixação de oncologistas depende da construção de um ambiente em que ele possa praticar uma medicina de qualidade, com segurança, e idealmente atrelado a pesquisa clínica.

10. Estabelecimento de Fórum Técnico Contínuo com o Ministério da Saúde

A SBOC propõe a criação de fórum permanente de interlocução com o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica e da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, com reuniões mensais voltadas à discussão de políticas de acesso a medicamentos oncológicos e exames de biologia molecular no SUS. Propomos que o fórum adote indicadores de acompanhamento, como número e perfil das tecnologias incorporadas, prazos médios de tramitação na CONITEC e disparidades de acesso entre os setores público e privado. A adoção de métricas permitirá o monitoramento sistemático dos avanços, garantindo maior efetividade, transparência e correção de rumos nas políticas públicas.

11. Oferta de Cooperação Educacional em Oncologia

A SBOC se coloca à disposição do Ministério da Saúde como parceira estratégica na formação e educação continuada em oncologia, por meio da plataforma SBOC OncoAcademy, que será lançada em breve e contemplará graduação, residência e programas de educação médica continuada. Propomos, adicionalmente, a criação de um programa nacional de certificação de competências clínicas em oncologia, com selo conjunto SBOC-MEC-MS, a ser oferecido em módulos teórico-práticos validados por especialistas da área. Essa iniciativa pode representar um diferencial de qualificação para residentes, preceptores e gestores do SUS, promovendo engajamento em larga escala e incentivando práticas baseadas em evidência.